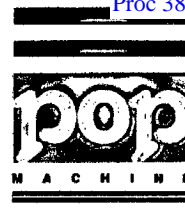


Pop Machine

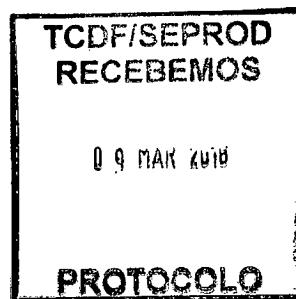
ACP - Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 - Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO  
FEDERAL**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DF  
- 9 MAR 15:4 2016  
001843

**Referência:** Pregão Eletrônico nº. 009/2016/TCDF

A **ACP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº. 00.952.617/0001-07, e inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF) 07.356.561/001-77, sediada na 2ª Avenida - Lotes 421-A/427-A/Loja 2 - Núcleo Bandeirante - Brasília - DF, CEP 71700-000, telefone/fax (61) 3386-3582, vem, mui respeitosamente, através deste, com fulcro no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93, e nos termos do Edital ingressar com a presente:

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade e a isonomia entre os participantes que deverão participar do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

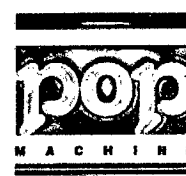
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



## I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação tem por objeto apontar alguns dos equívocos contidos no Instrumento Convocatório em epígrafe, cuja correção se mostra indispensável à formulação de proposta para o certame em apreço.

Conforme previsão expressa do artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93, o prazo decadencial para oferecimento de Impugnação é de até DOIS (02) DIAS ÚTEIS ANTERIORES à data da abertura da sessão pública:

Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...] § 2º - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Assim, identifica-se a cabal TEMPESTIVIDADE da presente Impugnação, fundada neste supracitado quesito do exame de admissibilidade, ora instituído pelas normas para licitações e contratos da Administração Pública.

## II – DOS FATOS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados por Despacho Presidencial 29.01.2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá até as 14h30min do dia 17.03.2016 (horário de Brasília), PROPOSTAS para a “contratação de empresa especializada

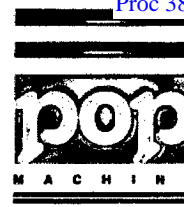
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



para prestação de serviços de fornecimento, preparação e distribuição automática de café e outras bebidas quentes, compreendendo, além das 08 (oito) máquinas, todos os equipamentos, acessórios, materiais, insumos necessários, manutenção preventiva e corretiva, e higienização periódica dos equipamentos, para execução do serviço no âmbito das dependências dos Edifícios do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), por um período de 12 (doze) meses”, conforme a quantidade e especificação estabelecidas neste Edital e seu(s) anexo(s). A licitação será do tipo **MENOR PREÇO**, modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

Por conseguinte, identificamos que o escopo da licitação é pertinente como objeto social e a expertise da empresa desde 1995. Contudo, após análise minuciosa do referido edital, nos deparamos com exigências que ferem nossa Constituição Federal, e ainda, toda legislação vigente aplicada à matéria em tela, violação essa se mantida, restringirá amplamente a participação de empresas aptas a prestar o fornecimento a ser contratado, tudo conforme passamos a demonstrar:

“ITEM 3.5 do TERMO DE REFERÊNCIA”

3.5. ESPECIFICAÇÕES DAS MÁQUINAS AUTOMÁTICAS

3.5.1 As máquinas automáticas de café e de bebidas quentes a serem instaladas no TCDF deverão ser novas, de primeiro uso, em perfeito estado e condições de uso, entregues devidamente embaladas e acompanhadas de nota fiscal e deverão ser previamente testadas e aprovadas pela fiscalização do contrato.

Esta condição, infelizmente, não foi devidamente instituída, do qual seria ideal ser especificada “máquina nova ou SEMINOVA”, pois o contrato **NÃO É DE LOCAÇÃO** de equipamento, e sim de “prestação de serviços de fornecimento, preparação e distribuição automática de café e outras bebidas quentes”. Identifica-se em segundo momento, que o critério condicional, está perfeitamente previsto nestes termos:” **EM PERFEITO ESTADO E CONDIÇÕES DE USO.**”

Esta condição restou desenhada por agente público, mediante ato discricionários, o qual fora avaliado unilateralmente, no intuito de satisfazer a “luxuria” e “labor personalíssimo”, não se atendo à necessária circunstância de trabalhar na

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ORA CUSTEADA PELO ERÁRIO, para garantir a efetiva contratação dos serviços de fornecimento de café e outras bebidas pelo MENOR PREÇO.

Diante tal situação entendemos, s.m.j., “estou nem aí, quero que seja equipamento importado seja novo, custe o que custar”, sobre os fatos a seguir expressos nos itens subsequentes, *in verbis*:

**3.6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE MÁQUINAS NOVAS**

**3.6.1. A exigência de máquinas novas, de primeiro uso, busca resguardar a Administração de problemas que comprometam o fornecimento das bebidas, bem como do fornecimento de bebidas de baixa qualidade, que não atendam às necessidades do TCDF.**

**3.6.2. Trata-se de utilização da discricionariedade administrativa com vistas a atingir maior eficiência administrativa e economia de recursos uma vez que a utilização de máquinas usadas pode interferir significativamente no adequado fornecimento e na qualidade das bebidas, culminando com a redução do seu consumo e com o elevado saldo de doses remanescentes em relação à franquia mínima estabelecida.**

**3.6.3. A solicitação de máquinas novas é prática do mercado nesse tipo de contratação. Não traz, dessa forma, ausência de isonomia entre os participantes que deverão, para efetivar a contratação, apresentar o mesmo tipo de produto.**

**3.6.4. Para realização dessa medida, as empresas poderão se utilizar de ações ordinárias do mercado empreendedor, como por exemplo a aquisição dos financiamentos ou realização de empréstimos, o que permite participações de empresas de pequeno porte, quanto de grande porte na aquisição de equipamentos novos.**

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



3.6.5. Além disso, o TCDF requer que os produtos ofertados contemplem padrão de qualidade e excelência que atenda às necessidades da Administração Pública, conforme previsão no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

(Grifos nossos)

Em primeiro momento, registramos que nos sentimos ofendidos por ter a interpretação de que as empresas brasileiras (pequeno ou grande porte) só poderão alcançar êxito face os critérios de procedimentos licitatórios caso busquem autoendividamento, seja por financiamentos ou empréstimos.

Por óbvio, não restou lembrado o que preconiza os iniciais conceitos das normas para licitações e contratos da Administração Pública, in verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”  
(Grifo nosso)

Passando a expor sobre nossos grifos no item 3.6., segue didaticamente exposto nossa humilde defesa, pelo bom-senso, face as especificações dos serviços de máquinas VENDING MACHINE (é, este é o nome específico da categoria do

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



equipamento) que não se fundamentam com a legalidade e a isonomia do certame sob égide da Lei de licitação vigente, nestes termos:

1) O item 3.6.1 vincula, erroneamente, a boa qualidade da bebida, a ser fornecida contratualmente, devida a condição de a máquina ser nova. Destacamos que a definição (item 3.11.4.3. de chocolate – cacau, por exemplo) é imprópria de insumo não destinados as MAQUINAS VENDING MACHINE que não vinculará o fornecimento de boa bebida.

Assim, o fato dela ser nova não tem nenhum condão para assegurar a qualidade da bebida. Sendo ao certo a precípua atenção ao insumo próprio ao funcionamento da máquina.

Já a preocupação quanto comprometimento do não fornecimento (falha), seria devidamente absorvido no caso de constituição no parque de um ou dois postos de máquinas reservas, no próprio Órgão, em locais de maior fluxo. **Assim máquinas SEMINOVAS, em perfeita Estado e condição de uso, viabiliza também o excelente fornecimento de café e bebidas quentes.**

2) O item 3.6.2. buscou, erroneamente, vincular a essencial eficiência administrativa e economia de recursos face o custo do ideal consumo franquiado com o fato de ser máquina nova. Ora, se a pretensão é alinhar o consumo com os pagamento, porque não houve a instituição de custos mediante o pagamento unitário por doses consumidas mensalmente ou mesmo a definição mínima de 50% da média mensal do atual consumo, fator este que verdadeiramente, s.m.j., **NÃO “culminaria com a redução do seu consumo e com o elevado saldo de doses remanescentes em relação a franquia mínima estabelecida”.**

Mais as tratativas iniciais do item restou devidamente definida como “*discrecionariade administrativa*”, que ao nosso entendimento, s.m.j., **“estou nem aí, quero que seja equipamento importado seja novo, custe o que custar”.**

3) O item 3.6.3. buscou mais uma vez, erroneamente, vincular a descrição com a “*pratica do mercado nesse tipo de contratação*”, os quais, particularmente, alugam



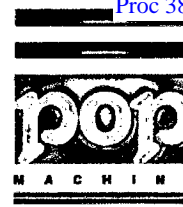
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



o equipamento e pagam o consumo pela compra individual dos insumos, sejam para escritórios, sejam para comércio fixos ou de eventos (buffet por exemplo).

Assim, somente **EXIGIR EQUIPAMENTO NOVO**, o qual, em momento algum foi devidamente definido, o qual é verdadeiramente **IMPORTADO, SEM NENHUM CUSTO CONTRATUAL** é desmerecido e ilegal e se alinha à possível enriquecimento ilícito sobre o serviço prestado.

**Quando o devido é o pagamento de simples depreciação do bem**, que por analogia se equiparam ao uso de equipamentos de contratos de limpeza (enceradeira) e vigilância (colete e arma).

Assim, restou prejudicada e falha a planilha de constituição dos preços dos serviços de fornecimento de café e outras bebidas, em face do “luxo das máquinas” ora exigidas por meio de ato discricionário de agente público do TCDF.

Cumpre informar que TODAS as marcas de máquinas vending machine são importadas, e montadas no Brasil, como exemplo a NW Global Vending, que sob consulta, própria de vocês, conheceram que nos últimos 6 (seis) meses, por força da exacerbada majoração do cambio (EURO), os preços mais que dobraram. Estamos falando em mais de R\$ 9.990, (nove mil, novecentos e noventa reais), por máquina, sem frente, conforme anexo de cotação de preço de compra.

**Neste item, por singela discricionariedade de agente público, o que faz o TCDF? Vejamos o próximo item.**

4) O item 3.6.4. buscou, ignorantemente e erroneamente, **orientar às empresas que a “medida” condicional da exigência de máquina nova se cumpriria mediante a “utilização de ações ordinárias do mercado empreendedor como por exemplo a aquisição dos financiamentos ou realizações de empréstimos, o que permite participações de empresas de pequeno porte, quanto de grande porte na aquisição de equipamentos novos”.**

Assim, registro o agradecimento pela orientação “DISCRICIONÁRIA” que, nós, empresas brasileiras podemos alcançar êxito em procedimentos licitatórios caso realize empréstimos ou financiamentos, ou seja, o autoendividamento para comprar de equipamentos importados novos, sem custo algum ao serviço, para “tampar” o erro na

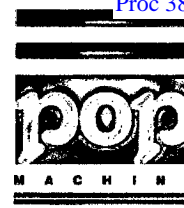
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



indicação dos insumos impróprios ao serviço vending machine com apenas o mero layout do ano e modelo do equipamento.

Não obstante, ressaltamos que recente diploma normativo veio a reforçar o tratamento diferenciado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte pelo ordenamento jurídico brasileiro. Trata-se da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 que promoveu modificações na Lei Complementar nº 123, de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Além das alterações promovidas diretamente na Lei nº 123/2006, a LC nº 147/2014 alterou outros diplomas normativos, dentre os quais o Código Civil – Lei 10.406/2002, a Lei dos Juizados Especiais Cíveis – Lei 9.099/95 e também a Lei nº 8.666/93.

No que se refere a modificações ao texto da Lei nº 8.666/93, tem-se o acréscimo dos §§ 14 e 15 ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 de seguinte teor:

“§ 14. As preferências definidas neste artigo e nas demais normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.(Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014)

§ 15. As preferências dispostas neste artigo prevalecem sobre as demais preferências previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014)”

Com a introdução dos §§ 14 e 15 ao artigo 3º, o regime de preferência nele instituído, deverá ser compatibilizado **com o tratamento privilegiado conferido às microempresas e empresas de pequeno porte.**

A LC nº 147/2014 acrescentou ainda à Lei nº 8.666/93 o art. 5º-A com a seguinte redação:

“Art. 5º-A. As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.”



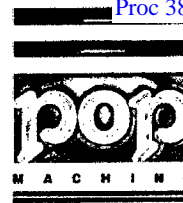
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



Ao art. 47 da legislação supracitada foi incluído o parágrafo único, determinando, no que se refere às compras públicas, a aplicação da legislação federal aos estados e municípios enquanto tais entes não providenciarem legislação própria contemplando o tratamento favorecido às ME e EPP.

A LC 147/14 previu também, a possibilidade de que, justificadamente, seja estabelecida a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conciliando duas diretrizes constitucionais da ordem econômica quais sejam o desenvolvimento regional (art. 170, VII da CF) e tratamento favorecido às empresas de pequeno porte (art. 170, IX da CF.).

**Jamais é vantajoso, a quem quer que seja, reduzir a concorrência entre os seus potenciais fornecedores.**

As micro e as pequenas empresas merecem e merecerão sempre todo o amparo e o incentivo do governo e da sociedade. Constituem importantíssimo segmento do mundo empresarial, a cada vez mais relevante em termos de movimentação financeira, de produção interna e de geração de empregos, para resumir a estes pontos o enfoque.

Mas esse fato inegável não justifica excluir, ou tentar excluir, as pequenas empresas brasileiras que alcancem êxito em processos licitatórios, porque apenas neste momento as MPEs estão despontando como grande força produtiva da sociedade, em meio a esta crise econômica.

Em direito os fins não justificam os meios, e as formas não podem jamais ser abstraídas em prol da cândida ideologia interposta no certame – o bom é o novo, cambiável assim que a brisa for outra e que o modismo do momento conduzir em outra direção – custos elevados e má atenção ao erário. As modas e as políticas passam como as horas, mas o formalismo jurídico fica, ou de outro modo o homem em breve estará de volta às cavernas.

Observando tal “orientação discricionária”, e ainda que sejamos um estado laico, não custa suplicar: “Deus proteja a república federativa do Brasil”.

Em paralelo (para não referenciar outro mundo) percebemos que a conduta criteriosa singular do termo de referência deste edital – máquinas importadas novas, não se alinha aos atuais atos administrativos do Governo do Distrito Federal, que por

Pop Machine

ACP - Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

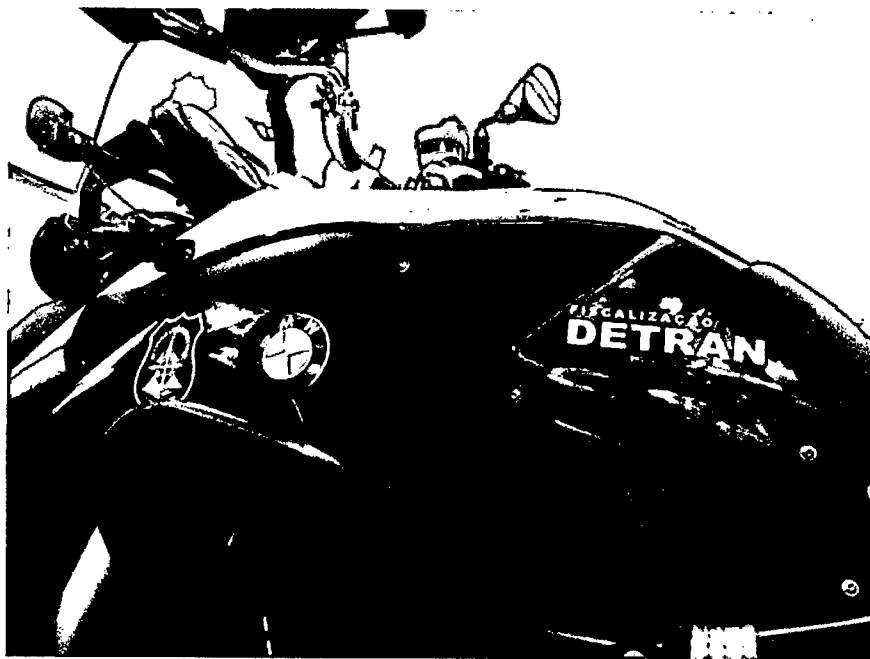
CNPJ: 00.952.617/0001-07 - Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



simplificadas imagens remontam os noticiários de verdadeiras condutas da Administração Pública (cuidados com o erário):



globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc videos

MENU G1 DISTRITO FEDERAL BUSCAR

04/03/2016 17h24 - Atualizado em 04/03/2016 17h24

## Tribunal de Contas suspende licitação da Caesb por restringir concorrência

Corte entendeu que eram exigidas comprovações desnecessárias. Companhia tem 10 dias para fazer ajustes em pontos apontados

De G1 DF

Facebook Twitter Google+ YouTube



Polícia encontra filhote de maritaca em apartamento da Asa...  
Nº 2 NOTÍCIAS

Jovem supera cicatrizes de tumor no nariz e vira mister DF: ...  
Nº 1 NOTÍCIAS

Motorista de 47 anos morre após capotar carro em...  
Nº 1 NOTÍCIAS

Jiboia se enrola em fiação de poste e é resgatada por...  
Nº 3 NOTÍCIAS

Asa Norte +

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



5) O item 3.6.5. dispõe erroneamente que os produtos exigidos se alinham no fornecimento de produtos de alta qualidade, uma vez que estes não são compatíveis com as Máquinas Vending Machine, ora pretensa.

Tais especificações só podem ter sido fundadas pelo conhecido uso manual comum destes (possivelmente na casa do agente público que ora os discricionou), quando por exemplo, exige-se o fornecimento de “chocolate” (é isto mesmo, somente cacau), ao invés de achocolatado, com as especificações técnicas de um Nestlé Nescau (que é de uso manual no leite com muito mais do que 20 g, e não vending).

Mais nos lembramos, o importante é a máquina nova e não produto adequado - PS: Autoendividamento de empresas interessadas.

Esses são os fatos.

## II – DO DIREITO

Prefacial, não deve-se prosperar a exigibilidade de equipamento novo para fins diversos de aquisição e/ou locação, sendo probo, s.m.j., que as máquinas a serem instaladas para a pretensa execução dos serviços de fornecimento de bebidas, ora custeadas por preço unitário, estejam em perfeito estado e condições de uso, assim como o majestoso entendimento do Ex.Sr. Iran Velasco Nascimento, Juiz Federal da 1ª Região-TRF, por intermédio da disposição decisória do Agravo de Instrumento nº. 2009.01.00.0597-0/DF, em anexo.

*Ab initio*, mister se faz destacar que toda licitação, tal como prevê a Lei de Licitações tem como finalidade a **seleção da proposta mais vantajosa para contratar com a Administração Pública**, ou seja, objetiva contratar o participante do certame que possua melhor preço e qualificação técnica, ao invés de habilitação para empréstimos e ou financiamentos.

A Lei de licitações e contratos administrativos estabelece em seu art. 6º as definições relativas aos principais pontos, entre eles, estabelece em seu inciso II, o conceito do que corresponderia a serviço no procedimento licitatório:

“Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se:

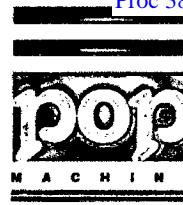
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



[...] II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;”

De igual forma, o legislador em seu artigo seguinte, o art. 7º (do mesmo diploma legal) estabeleceu que:

“Art. 7º. As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

[...] §5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, **salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime da administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

**§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.”**  
(Grifo nosso).

A Administração Pública tem a discricionariedade para definir as condições da contratação, o momento de realizá-la, os recursos que pretendem contratar, as especificações do objeto entre outros. No entanto, devem ater-se as disposições do Estatuto das Licitações, para estabelecer um edital com cláusulas objetivas e claras, e somente assim a licitação alcançará seu principal escopo, a contratação da proposta mais vantajosa. 9

Reza a Constituição Federal, de forma peremptória, em seu artigo 37, inciso XXI:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) –3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Também o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 veda expressamente a restrição ao caráter competitivo:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



Conforme esclarece o autor Marçal Justen Filho, a Lei nº 8.666/93 buscou **“evitar que as exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...) A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas.”**

Exigências desarrazoadas não podem ser legitimadas sob o argumento de que a Administração necessita de segurança maior do que a efetivamente necessária à execução do objeto a ser contratado, sob pena de ofensa ao texto constitucional, que autoriza apenas o mínimo de exigências, sempre alicerçadas em critérios razoáveis.

Nesse mesmo diapasão, encontramos mais uma vez a manifestação de Marçal Justen Filho:

“(...) não é possível a Administração invocar algum tipo de presunção de legitimidade de atos administrativos para transferir ao particular o ônus de prova extremamente complexa. Assim o é porque foi a Constituição que determinou a admissibilidade apenas das exigências as mais mínimas possíveis. Portanto, quando a Administração produzir exigências maiores, recairá sobre ela o dever de evidenciar a conformidade de sua conduta em face da Constituição.

Mas há outro motivo para isso. É que, se a Administração impôs exigência rigorosa, fê-lo com base em alguma avaliação interna. Em última análise, a discricionariedade na fixação das exigências de qualificação técnico-operacional não significa que a Administração possa escolher as que bem entender. A escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas. Portanto, o questionamento do particular conduz, em primeiro lugar, à Administração revelar publicamente os motivos de sua decisão. Depois, conduz à aplicação da teoria dos motivos determinantes. Ou seja, se a Administração tiver avaliado mal a realidade, reputando como indispensável uma experiência que tecnicamente



Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



se revela dispensável, seu ato não pode prevalecer.” (in “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Dialética, 7ª edição, p. 337).

Aliás, os Tribunais de Contas têm jurisprudência uníssona no sentido de que as exigências do edital devem estar voltadas à seleção da proposta mais vantajosa, sem, no entanto, restringir injustificadamente a competitividade:

“o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não se admitindo cláusulas desnecessárias ou inadequadas, que restrinjam o caráter competitivo do certame... a verificação de qualificação técnica não ofende o princípio da isonomia. Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. No entanto, o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para administração, sem impor cláusulas desnecessárias ou inadequadas que restrinjam o caráter competitivo do certame. Por outras palavras, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição Federal determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis.

Dessarte, se a Administração, em seu poder discricionário, tiver avaliado indevidamente a qualificação técnica dos interessados em contratar, reputando como indispensável um quesito tecnicamente prescindível, seu ato não pode prosperar, sob pena de ofender a Carta Maior e a Lei de Licitações

Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

[popmachine.acp@gmail.com.br](mailto:popmachine.acp@gmail.com.br)



e Contratos.” TCU - AC-042311/07-P Sessão: 21/03/07  
Grupo: I Classe: VII Relator: Ministro Marcos  
Bemquerer Costa - FISCALIZAÇÃO -  
REPRESENTAÇÃO - <https://contas.tcu.gov.br>, acesso  
em 01 março de 2010.

Mui importante ainda e salutar o entendimento de outros Tribunais:

“(…) Assim é que deve o administrador na constante busca pelo princípio da competitividade, procurar permitir ao licitante que possa participar do certame contando com formas alternativas de garantir que sua proposta e produto estejam conformes com a necessidade da Administração.’

Ou seja, a exigência de demonstração de qualidade do produto deve ser sempre ampliativa e não impor ônus desnecessário ao licitante.” – TCE/SP - TC-361/002/11

Resta evidente que o Edital merece revisão a fim de se evitar a restrição ao caráter competitivo no caso em tela, com a alteração das exigências que restringem injustificadamente a competitividade do certame, em especial as diretrizes interpostas pelo Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, in verbis os §§ 14 e 15 ao art. 3º da Lei nº 8.666/93:

“§ 14. As preferências definidas neste artigo e nas demais normas de licitação e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014)

§ 15. As preferências dispostas neste artigo prevalecem sobre as demais preferências previstas na legislação quando estas forem aplicadas sobre produtos ou serviços estrangeiros. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 07.08.2014)”

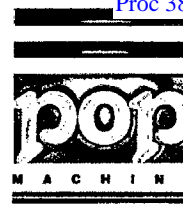
Pop Machine

ACP – Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda

CNPJ: 00.952.617/0001-07 – Inscrição Estadual: 0735656400177

Tel./Fax: (61) -3386-3582

popmachine.acp@gmail.com.br



Assim, ao qualquer ato/condição administrativa que possa restringir a competitividade nas licitações, obstando de privilegiar as MPEs, a LC nº 123/06, com a redação que lhe deu a LC nº 147/14, revelar-se-ão simplesmente ilegais.

## V – DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume, para viabilizar a instalação de máquinas importadas seminovas, em perfeito estado e condições de uso, bem como fornecer insumos (achocolatado e chá) fabricados/apropriados para máquinas vending machine, e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO, assim, o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida administrativa de obediência ao sistema normativo vigente.

Nestes termos, Pedimos Bom Senso, Legalidade e Deferimento do presente.

Brasília, 09 de março de 2016.

**Carlos Henrique Leite Pimenta**  
Sócio – Gerente

**RES: Proposta Colibri C 5****De:** Ricardo Martins Ramalho**Para:** popmachine@uol.com.br**Cópia:****Cópia oculta:****Assunto:** RES: Proposta Colibri C 5**Data:** 03/11/2015 11:57

image001.png 2.88 KB

image002.jpg 272 B

image003.png 595 B

image004.png 427 B

image005.jpg 662 B

image006.jpg 313 B

Cotação Máq... .pdf 35.13 KB

Cotação Máq... .pdf 37.79 KB

PREÇOS 2015... .pdf 414.22 KB

Carlos, bom dia

Seguem as cotações conforme solicitado. Estou enviando a tabela com os valores dos equipamentos em EUROS. A cotação utilizada de fevereiro deste ano até meados de Junho era R\$ 3,38, o que fazia a Colibri C5 ficar a um preço em torno de R\$ 5.460,00 e a Solista a R\$ 6.000,00 contando o desconto da política comercial e hoje os valores são bem maiores levando em consideração a cotação do EURO. A Colibri C5 é um equipamento que hoje não temos em estoque e nossa diretoria está avaliando se o equipamento continuará sendo importado. Decisão esta, que se for positiva, a importação levaria em torno de 90 dias no mínimo para a chegada da máquina.

**Atenciosamente.****Ricardo Ramalho**

Gerente Comercial

Tel.: +55 11 4195 3776

Fax +55 11 4195 3776

Cel: +55 11 99507-2385

[ricardo.ramalho@nwglobalvending.com.br](mailto:ricardo.ramalho@nwglobalvending.com.br)**N&W GLOBAL VENDING Ltda**

Rua Joaquim Floriano, 72 - 10º andar - Conj 102, 103 e 104

Itaim Bibi - SP - 04534-000 - Brasil

[www.nwglobalvending.com.br](http://www.nwglobalvending.com.br)

Siga-nos



9

**De:** popmachine [mailto:pophmachine@uol.com.br]**Enviada em:** segunda-feira, 2 de novembro de 2015 17:52**Para:** Ricardo Martins Ramalho <ricardo.ramalho@nwglobalvending.com.br>**Assunto:** Proposta Colibri C 5

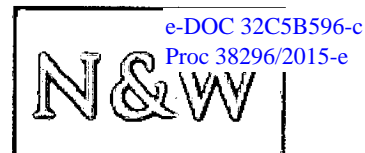
Boa tarde Ricardo,

solicito orçamento para compra de 19 Colibris C5 e qual o valor praticado para pagamento à vista e se caso for possível parcelado e em até quantas vezes. Na falta da Colibri, qual a máquina que vc tem em estoque para atender a minha necessidade e qual seria o Preço de tabela e também se caso existir alguma negociação de parcelamento em quantas vezes posso pagar.

N&W Global Vending Ltda  
Rua Joaquim Floriano, 72  
Andar 10, Conjunto 102, 103 e 104  
04534-000-São Paulo-SP  
Brasil

CNPJ: 04.375.434/0001-27  
Tel.: 4195-3776

I.E.: 143.736.073.112

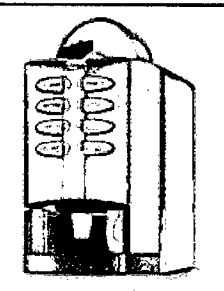


Barueri, 03/11/2015 Ref.: 31143

A(o)  
ACP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. ME

A/C  
Sr(a). CARLOS HENRIQUE LEITE PIMENTA

Conforme solicitação, seguem as condições comerciais para fornecimento dos seguintes produtos:

Qtd.	Cód.	Descrição	Vlr. Un. Tab. R\$ C/IPI	Desc. %	Un.c/ Desc.	Total c/ Desc.
19	957789	MAQUINA DE PREPARAÇÃO DE BEBIDAS QUENTES COLIBRI CSAF/R-BR	8.040,52		R\$ 8.040,52	R\$ 152.769,88
						
Obs.: CONDIÇÃO DE PAGAMENTO A VISTA					Total	R\$ 152.769,88

Condições de Pagamento:

Entrada	No. de parcelas	Valor parcela
30 Dia(s)	0	152.769,88

Atenciosamente.

Ricardo Ramalho  
N&W Global Vending Ltda

11 4195-3776  
ricardo.ramalho@nwglobalvending.com.br

0

N&W Global Vending Ltda  
Rua Joaquim Floriano, 72  
Andar 10, Conjunto 102, 103 e 104  
04534-000-São Paulo-SP  
Brasil

CNPJ: 04.375.434/0001-27  
Tel.: 4195-3776

I.E.: 143.736.073.112

e-DOC 32C5B596-c  
Proc 38296/2015-e

N&W

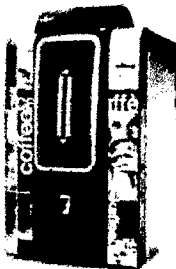
Barueri, 03/11/2015

Ref.: 31144

A(o)  
ACP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. ME

A/C  
Sr(a). CARLOS HENRIQUE LEITE PIMENTA

Conforme solicitação, seguem as condições comerciais para fornecimento dos seguintes produtos:

Qtd.	Cód.	Descrição	Vlr. Un. Tab. R\$ C/PI	Desc. %	Un. c/ Desc.	Total c/ Desc.
19	962115-0	MAQUINA PARA PREPARO DE BEBIDAS QUENTES SEM SISTEMA DE PAGAMENTO SOLISTA	9.990,00		R\$ 9.990,00	R\$ 189.810,00
						
Obs.: CONDIÇÃO DE PAGAMENTO A VISTA					Total	R\$ 189.810,00

Condições de Pagamento:

Entrada	No. de parcelas	Valor parcela
30 Dia(s)	0	189.810,00

Atenciosamente,

Ricardo Ramalho  
N&W Global Vending Ltda

11 4195-3776  
ricardo.ramalho@nwglobalvending.com.br



**N&W GLOBAL VENDING Ltda**  
A company of N&W GLOBAL VENDING GROUP



**TABELA DE PREÇOS PARA OUTROS ESTADOS**  
**14.10.2015**

CODIGO	DESCRIÇÃO	euros	IPI
	<b>Hot &amp; Cold</b>		
962321	CANTO TOUCH	8.901,00 €	18 %
968005	OPERA	4.364,41 €	
962608	CONCERTO	3.781,51 €	
962009	KIKKO	2.777,38 €	18 %
962115	SOLISTA	2.350,00 €	
957789	COLIBRI C5	1.610,88 €	18 %
957887	COLIBRI I5	1.637,94 €	18 %
	<b>Snack &amp; Food</b>		
962321	SAMBA TOUCH	8.901,87 €	18 %
SR0336	SAMBA DISPLAY	6.872,24 €	18 %
964330	SAMBA TOP	6.302,52 €	18 %
964263	TANGO	5.127,47 €	18 %
963571	SNACKY MAX FOOD	4.450,93 €	18 %
963052	SNACKY 6	3.382,71 €	18 %
	<b>Cup &amp; Bottle</b>		
	<b>Post-Kit</b>		
962165	KREA	2.594,34 €	
	<b>OTS</b>		
900704	PODSY	294,12 €	
900900	FLEXY	211,86 €	12 %

**Observações:**

Os preços aqui indicados estarão sujeitos a alterações, independente de aviso prévio;

Os valores indicados são líquidos, não incluindo o IPI;

Os valores indicados em Real;

Preços sujeitos a modificação no caso de variação dos tributos incidentes;

Todos os direitos reservados e de propriedade de N&W Global Vending Ltda.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2009.01.00.050897-0/DF**

RELATOR : O EXMº. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
RELATOR : O EXMº. SR. JUIZ FEDERAL IRAN VELASCO NASCIMENTO (CONV.)  
AGRTE. : ACP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA – ME  
ADV. : Francisco das Chagas Jurema Leite de Melo e outros (as)  
AGRDO. : AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA  
PROC. : Adriana Maia Venturini

Vistos, etc.

ACP Distribuidora de Bebidas e Alimentos Ltda – ME manifesta agravo de instrumento por meio do qual pede a reforma de r. decisão do Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que, em ação de segurança impetrada ao Sr. Pregoeiro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, indeferiu medida liminar requerida com o fim de em relação ao Pregão nº 27/2009, fosse determinada uma interpretação ampliativa à alínea "a" do item 5.1.2 do Termo de Referência do Anexo I do edital, permitindo que sejam instaladas máquinas em perfeitas condições de uso, independentemente de serem novas.

Defiro em parte o pleito de antecipação da tutela recursal, assim para suprimir da alínea "a" do item 5.1.2 do Termo de Referência do Anexo I do edital do Pregão nº 27/2009 a expressão "entendendo-se assim por equipamento sem uso", pois os elementos que compõem o instrumento permitem identificar, em juízo de cognição sumária, próprio dos juízos liminares, a concomitante presença, no ponto, dos requisitos necessários à adoção da providência. Com efeito, cuidando-se de licitação para contratação de serviço, e não de compra de bens para a Administração Pública, a ser prestado com utilização de máquinas da empresa contratada, não se afigura compatível com a legislação de regência a exigência em comento, restritiva de participação de licitantes, máxime porquanto a Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002, regulada pelo Decreto nº 5.450/2005, prevê a possibilidade de sanções para o caso de descumprimento total ou parcial do objeto dos contratos licitados.

Comunique-se ao Juízo Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, solicitando-lhe informações.

Intime-se a agravada, na forma e para os fins do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 26 de agosto de 2009.

  
IRAN VELASCO NASCIMENTO

Juiz Federal (Convocado)



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

Pág. 32 de 80

### **3.5. ESPECIFICAÇÕES DAS MÁQUINAS AUTOMÁTICAS**

3.5.1. As máquinas automáticas de café e de bebidas quentes a serem instaladas no TCDF deverão ser novas, de primeiro uso, em perfeito estado e condições de uso, entregues devidamente embaladas e acompanhadas de nota fiscal e deverão ser previamente testadas e aprovadas pela fiscalização do contrato.

### **3.6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE MÁQUINAS NOVAS**

3.6.1. A exigência de máquinas novas, de primeiro uso, busca resguardar a Administração de problemas que comprometam o fornecimento das bebidas, bem como do fornecimento de bebidas de baixa qualidade, que não atendam às necessidades do TCDF.

3.6.2. Trata-se de utilização da discricionariedade administrativa com vistas a atingir maior eficiência administrativa e economia de recursos uma vez que a utilização de máquinas usadas pode interferir significativamente no adequado fornecimento e na qualidade das bebidas, culminando com a redução do seu consumo e com o elevado saldo de doses remanescentes em relação à franquia mínima estabelecida.

3.6.3. A solicitação de máquinas novas é prática do mercado nesse tipo de contratação. Não traz, dessa forma, ausência de isonomia entre os participantes que deverão, para efetivar a contratação, apresentar o mesmo tipo de produto.

3.6.4. Para realização dessa medida, as empresas poderão se utilizar de ações ordinárias do mercado empreendedor, como por exemplo a aquisição dos financiamentos ou realização de empréstimos, o que permite participações de empresas de pequeno porte, quanto de grande porte na aquisição de equipamentos novos.

3.6.5. Além disso, o TCDF requer que os produtos ofertados contemplem padrão de qualidade e excelência que atenda às necessidades da Administração Pública, conforme previsão no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

### **3.7. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES**